



## Irmã Maria Montenegro como gestora escolar: da escolarização elitista à educação dos pobres no Ceará (1969-1987)

Scarlett O'hara Costa Carvalho<sup>1</sup>, Lia Machado Fiuza Fialho<sup>1\*</sup> e Ana Michele da Silva Lima<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Ceará, Av. Dr. Silas Munguba, 1700, 60714-903, Fortaleza, Ceará, Brasil. <sup>2</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Aracati, Ceará, Brasil. \*Autor para correspondência. E-mail: lia\_fialho@yahoo.com.br

**RESUMO.** O objeto deste estudo é a biografia de Maria Lúcia de Sousa Montenegro, conhecida socialmente como Irmã Maria Montenegro, uma freira que dedicou mais de 60 anos de sua vida à educação, exercendo as funções de professora, orientadora educacional e diretora. Objetivou-se compreender a atuação profissional de Irmã Maria Montenegro como gestora no cenário educativo da segunda metade do século XX na cidade de Fortaleza, Ceará (1969-1987). O estudo ampara-se teoricamente na História Cultural ao desenvolver uma pesquisa do tipo biográfica que utilizou a História Oral como metodologia. As entrevistas temáticas, realizadas com cinco colaboradoras, foram gravadas, transcritas, textualizadas e validadas, sendo, em seguida, entrecruzadas com fontes documentais – livros, jornais, registro biográfico e *curriculum vitae*. Os resultados apontaram que Irmã Maria finalizou a Educação Primária em um grupo escolar da cidade de Quixadá, sertão central do Ceará; e, em seguida, mudou-se para a capital cearense a fim de fazer o curso normal no Colégio Justiniano de Serpa. Aos 19 anos, ingressou na vida religiosa, tornando-se Irmã de Caridade e dedicando-se a instruir moças da elite da sociedade, como professora e diretora do Colégio da Imaculada Conceição. Utilizou seu prestígio e reconhecimento social para dedicar-se à educação dos pobres nos colégios públicos Cristo Redentor e Patronato Sagrada Família, localizados na periferia da capital. Irmã Maria Montenegro ganhou prêmios e homenagens, no entanto, sua memória não ganhou a devida preservação, ainda que entrecruze a História da Educação do Ceará, permitindo melhor compreendê-la.

**Palavras-chave:** história da educação; biografia; Maria Lúcia de Sousa Montenegro; freira; educação de mulheres.

## Sister Maria Montenegro as school manager: from elitist schooling to the education of the poor in Ceará (1969-1987)

**ABSTRACT.** The object of this study is the biography of Maria Lúcia de Sousa Montenegro, she became known socially as Sister Maria Montenegro, a nun who dedicated more than 60 years of her life to education, exercising the functions of teacher, educational counselor and director. The objective was to understand the professional performance of Sister Maria Montenegro as a manager in the educational scenario of the second half of the 20th century, in the city of Fortaleza, Ceará (1969-1987). The study is supported theoretically on Cultural History, by developing a research of the biographical type that used Oral History as a methodology. The thematic interviews, conducted with five collaborators, were recorded, transcribed, textualized and validated, then interwoven with documentary sources - books, newspapers, biographical record, curriculum vitae. The results showed that Sister Maria finished primary education in a school group in the city of Quixadá, central hinterland of Ceará and then moved to the capital to take the normal course at Colégio Justiniano de Serpa. At the age of 19, she entered the religious life, becoming a Sister of Charity and dedicating herself to instructing young women of the society's elite, as a teacher and director of the Colégio da Imaculada Conceição. He used his prestige and social recognition to then dedicate himself to the education of the poor in public schools Cristo Redentor and Patronato Sagrada Família, located on the outskirts of the capital. Sister Maria Montenegro won prizes and honors, however, her memory did not win due preservation, even though it crosses the history of Ceará's education, allowing a better understanding of it.

**Keywords:** history of education; biography; Maria Lúcia de Sousa Montenegro; nun; education of women.

## Madre María Montenegro como directiva escolar: de la escolarización elitista a la educación de los pobres en el Ceará (1969-1987)

**RESUMEN.** Este estudio tiene como objeto la biografía de María Lucía de Sousa Montenegro, conocida socialmente como Madre María Montenegro, religiosa que dedico más de 60 años de su vida a la educación,

ejerciendo las funciones de profesora, orientadora educacional y directora. Se objetivó comprender la actuación profesional de Madre María Montenegro como directiva en el escenario escolar de la segunda mitad del siglo XX en la ciudad de Fortaleza, Ceará (1969-1987). La investigación se basa teóricamente en la Historia Cultural al desarrollar un estudio de tipo biográfico que recurrió a la Historia Oral como metodología. Se grabaron, transcribieron, textualizaron y validaron las entrevistas temáticas, realizadas con cinco colaboradoras, informaciones que fueron entrecruzadas con las fuentes documentales – libros, periódicos, registro biográfico y *curriculum vitae*. Los resultados señalaron que Madre María concluyó la Educación Primaria en un grupo escolar de la ciudad de Quixadá, ubicada en la región central de Ceará, y posteriormente se trasladó para la capital cearense con el objetivo de ingresar en el curso normal en el Colegio Justiniano de Serpa. A los 19 años, ingresó en la vida religiosa, convirtiéndose en Hermana de Caridad y dedicándose a instruir jóvenes mujeres de la élite de la sociedad, como profesora y directora del Colegio de la Inmaculada Concepción. Utilizó su prestigio y reconocimiento social para dedicarse a la educación de los pobres en los colegios públicos Cristo Redentor y Patronato Sagrada Familia, ubicados en la periferia de la capital cearense. Madre María Montenegro conquistó galardones y homenajes, sin embargo, su memoria no tuvo la debida preservación, pese al hecho de entrecruzar la historia de la educación de Ceará, permitiendo una mejor comprensión sobre su historia.

**Palabras clave:** historia de la educación; biografía; Maria Lúcia de Sousa Montenegro; madre; educación de mujeres.

Received on August 24, 2020.  
Accepted on February 5, 2021.

## Introdução

O presente artigo é originário de uma pesquisa dissertativa<sup>1</sup> que elaborou uma narrativa biográfica de Irmã Maria Montenegro, doravante apenas Irmã Maria, com ênfase no seu trabalho pedagógico na educação básica, especialmente no campo da gestão escolar, o qual colaborou com a formação educativa de inúmeros estudantes em Fortaleza, Ceará. O estudo insere-se no campo da História da Educação, mais especificamente na história do presente (Avelar, 2007; Ferreira, 2002), por ensejar lume a aspectos concernentes a uma profissional da educação que desempenhou importante trabalho pedagógico.

Trata-se da história de vida de uma freira que dedicou mais de 60 anos à educação, atuando como professora, orientadora educacional e gestora em instituições de referência no Ceará, a exemplo do Colégio da Imaculada Conceição (CIC) e do Patronato Sagrada Família e em outros estados, como: no Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, em Cametá, Pará; no Patronato, em Maceió, Alagoas; e no Colégio Medalha Milagrosa, em Salvador, Bahia. De tal modo, em sua trajetória, analisada no âmbito microssocial, lança-se luz a relevantes nuances que historicamente tensionaram o campo educacional macrossocial, a exemplo da dualidade no sistema educacional, da feminização do magistério e da formação de professores.

A biografia de Irmã Maria, elaborada de maneira hermenêutica, com amparo teórico na História Cultural (Burke, 2008) e metodológico na História Oral (Alberti, 2013), não se propôs a narrar a vida pela vida, mas problematizar também, numa perspectiva histórica, os demais aspectos que a inter-relacionam com o coletivo, ao considerar dimensões culturais, sociais, políticas e pedagógicas, pois entende que o indivíduo é indissociável do seu contexto (Dosse, 2009). Dessa maneira, ao centrar ênfase no trabalho pedagógico desenvolvido por Irmã Maria, especialmente como gestora, possibilita-se ampliar a compreensão acerca da importância da mulher nos processos formativos de uma geração de professores nas escolas públicas e privadas do Brasil, de modo geral, e do Ceará, de modo específico.

Ao articular duas áreas específicas e coexistentes, História e Educação (Vasconcelos, Fialho, & Machado, 2018), a biografia da Irmã Maria ganha relevância ao permitir a reflexão sobre a História da Educação, possibilitando ampliar a compreensão e ressignificar, junto às suas peculiaridades de vida, as especificidades e regionalidades da educação na capital cearense na interface com o contexto nacional do período de 1969 a 1987. O recorte temporal foi delimitado considerando o período em que a biografada atuou como gestora escolar, já que em 1969 assumiu a direção do CIC e só deixou essa função em 1987, no Patronato Sagrada Família, última escola em que trabalhou.

A trajetória profissional de Irmã Maria foi marcada não apenas pela religiosidade, como também pela atuação e contribuição educacional como formadora, tanto em escolas de elite como nas comunidades mais carentes da periferia de Fortaleza. Destaca-se sua atuação no CIC como professora e diretora, onde consolidou

<sup>1</sup> Dissertação intitulada 'Irmã Maria Montenegro: atuação educacional empreendida em Fortaleza - Ceará (1945-1987)', defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, em 03 de setembro de 2018.

sua carreira no âmbito educacional atuando junto à elite local; no Colégio Cristo Redentor, atuando com uma comunidade pauperizada da periferia de Fortaleza; e no Patronato Sagrada Família, no qual exerceu a função de diretora de 1987 ao ano de sua morte, em 2008.

Interessa esclarecer que Irmã Maria não é anônima, dado que, ainda que não tenha sido uma personalidade muito reconhecida em Fortaleza, chegou a ser homenageada com nome de escola e a ganhar premiações, o que lhe proporcionou visibilidade. Todavia, sua vida não foi escolhida como objeto deste estudo com mote de exemplo, já que, na contramão de buscar vidas obsequiosas, a biografia dessa educadora possibilita conhecer suas práticas educacionais, proporcionando um esboço descritivo e reflexivo do contexto sócio-histórico educacional da segunda metade do século XX, cujas leituras são marcadas por questões que proporcionaram avanços e retrocessos (Fialho & Braga Júnior, 2015). A vida de Irmã Maria, assim como a de outras mulheres, sejam estas anônimas ou públicas, possuem relevo para a História, afinal não somente as histórias dos homens famosos e poderosos importam, já que o registro biográfico não é um privilégio restrito a alguns (Cavalcante, 2008).

Uma inquietação motivou a elaboração do estudo: como se deram a educação e a atuação profissional da educadora Irmã Maria para que ela, na condição de gestora, galgasse visibilidade no contexto sócio-histórico educacional de Fortaleza na segunda metade do século XX? Destarte, para responder a esse problema de pesquisa, elaborou-se uma pesquisa científica, de cunho biográfico, com o objetivo de compreender a atuação profissional de Irmã Maria como gestora no cenário educativo da segunda metade do século XX na cidade de Fortaleza (1969-1987).

Levantou-se o pressuposto de que Irmã Maria conseguiu destaque social não apenas pela sua boa capacitação profissional e habilidade de gerir instituições de ensino, mas especialmente por ter tido oportunidades formativas diferenciadas e por ter atuado em escola de elite. O acesso educacional apreendido pela educadora proporcionou um direcionamento a uma práxis baseada em um ensino reflexivo e dialógico, e tal prática conferiu-lhe visibilidade nos espaços escolares mais tradicionais e elitizados, o que lhe possibilitou, posteriormente, utilizar sua influência política e seu capital cultural para dedicar-se à escolarização dos menos favorecidos economicamente, contribuindo para minimizar as desigualdades do cenário educacional na segunda metade do século XX no Ceará.

Com efeito, biografar uma mulher, educadora e religiosa de referência, torna-se relevante não apenas pela possibilidade de elaborar um registro e preservar a história e memória individual, mas por lançar lume à História da Educação e ensejar reflexão acerca de mecanismos de resistência ao positivismo histórico e à exclusão conferida à figura feminina na historiografia (Perrot, 2001). Este trabalho, portanto, desprende-se de uma narrativa eurocêntrica, heroica, machista e/ou patriarcalista, que ensinou, por séculos, a invisibilidade feminina; inclusive, na contramão dessa corrente, não apenas permite que mulheres contem a história de uma outra mulher, mas valoriza essas oralidades em um enredo organizado nas seguintes seções: 1) 'Introdução', que apresenta a temática da pesquisa, sua delimitação temporal e espacial, o objeto de estudo, a problemática, os objetivos, o pressuposto e a relevância social do estudo; 2) 'Aspectos teórico-metodológicos', que situa a pesquisa no campo da História Cultural e descreve como foi utilizada a metodologia da História Oral e o entrecruzamento com outras fontes; 3) 'Resultados e discussão: a vida de Irmã Maria em narração', que elabora e discute a narrativa biográfica da Irmã Maria; e 4) 'Considerações finais', que retoma o problema e o objetivo central da pesquisa para respondê-los sucintamente mencionando os principais achados da pesquisa e suas limitações.

## Aspectos teórico-metodológicos

Com arrimo teórico na História Cultural (Burke, 2008) e metodológico na História Oral (Alberti, 2013), desenvolveu-se uma pesquisa do tipo biográfica (Dosse, 2009) que tornou factível dar visibilidade às memórias e às experiências de Irmã Maria, uma educadora que participou ativamente do processo histórico-educacional fortalezense, mas que teve sua vida à margem da historiografia oficial (Fialho, 2012), ou seja, daquela história registrada em pesquisas e escritos acadêmicos ou em documentos oficiais.

O termo 'História Cultural' ganhou novo significado no final da década de 1980, quando essa abordagem historiográfica possibilitou ampliar a compreensão sobre fontes históricas, considerando não apenas documentos oficiais, bem como tudo o que pode contar a história do homem no tempo – diários, fotos, narrativas orais, cartas, reportagens, etc. (Burke, 2008). Nessa direção, os estudos biográficos perdem o seu caráter exemplar, como era costumeiro nas hagiografias e biografias de heróis e eclesiásticos (Levi, 1992); e passam a valorizar a vida das pessoas comuns, como mulheres, operários, prisioneiros, dentre outros sujeitos que participaram da trama histórica e foram silenciados (Perrot, 2001).

Na contramão da história oficial positivista (Pollak, 1989), esta pesquisa considerou a incorporação de “[...] novos problemas, novas abordagens, novos objetos, novos nomes, novas instituições” (Reis, 2000, p. 129), ao viabilizar o trato com as histórias de segmentos sociais pouco prestigiados, como as mulheres professoras. O estudo biográfico de Irmã Maria possibilitou a investigação das suas práticas educativas como gestora empreendidas no imbricamento com questões socioculturais, desde a utilização de depoimentos escritos e orais, livros, reportagens etc.

Ao reduzir a lente de análise para um único indivíduo, foi possível considerar subjetividades e nuances não passíveis de apreensão em estudos macro-históricos (Loriga, 2011). Segundo Burke (2008), o uso da Micro-História, na perspectiva da História Cultural, valoriza a memória, permeada por lembranças e esquecimentos, que pode ser apreendida mediante a metodologia da História Oral. Os relatos em História Oral de pessoas que conviveram com Irmã Maria proporcionaram importantes indícios sobre a atuação educacional empreendida por ela, bem como permitiu a localização das fontes documentais, logo foi o principal substrato de análise.

De acordo com Bosi (2003, p. 53), as memórias são constituídas pela reconstrução do passado por meio do presente, “[...] um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo”. Zumthor (1997, p. 15), inclusive, assevera que “[...] a memória recupera o vivido [...]”, isto é, recorre-se a ela para manter o passado próximo ao presente por meio do ato de lembrar. Nessa direção, a biografia, nesta pesquisa, seria o resultado da análise desse momento de trazer à tona lembranças e/ou esquecimentos para a narrativa de uma vida na interface indissociável com o contexto em que está inserida (Silva, 2012).

A História Oral, no gênero biográfico, mostrou-se adequada ao fito da pesquisa, especialmente porque, somente por meio dessa metodologia, foi possível a localização de outras fontes, não preservadas fisicamente em locais públicos ou digitalizadas, tampouco disseminadas em pesquisas científicas. Importa destacar ainda que a pesquisa iniciou-se com a busca por produções na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na Scientific Electronic Library Online (SciELO), no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no Portal de Periódicos da Capes, utilizando os descritores ‘Maria Lúcia de Sousa Montenegro’ e ‘Irmã Maria Montenegro’, pois o primeiro descritor é o nome de batismo da biografada e o segundo é o nome que recebeu após o noviciado, quando se tornou freira. Com esses descritores, não foi encontrado nenhum trabalho referente à biografada.

Em seguida, realizou-se uma pesquisa livre no Google, com a qual se localizou uma nota sobre o falecimento de Irmã Maria em um blog (Melo, 2008) e algumas notícias sobre o Colégio Irmã Maria Montenegro, escola onde prestou assessoria pedagógica e foi homenageada. Diante da insuficiência de fontes disponibilizadas para a elaboração de uma narrativa biográfica, asseverou-se a relevância da busca por fontes orais, tendo-se desenvolvido, em consequência, um projeto de pesquisa em História Oral que se constituiu como parte do estudo intitulado ‘Educação e educadores(as) do Ceará do século XX: práticas, leituras e representações’, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob parecer de número 2.585.705/2018.

Autorizada a pesquisa pelo CEP, realizou-se um mapeamento de possíveis informantes, quais sejam: parentes e colegas de trabalho ainda vivos e ex-alunos. Segue a relação das fontes orais localizadas na Tabela 1.

**Tabela 1.** Fontes orais.

Fontes orais				
Pessoa entrevistada	Relação com a biografada	Data da entrevista	Duração da entrevista	Local da entrevista
Laís Montenegro	Irmã	15/03/2018	1h30min	Residencial da Terceira Idade Flor de Lótus (instituição para idosos)
Aíla Maria Leite	Amiga e colega de trabalho	06/03/2018	50min	Residência própria
Rita de Cássia Vasconcelos (Irmã Rita)	Ex-aluna do Colégio da Imaculada Conceição e ex-diretora da instituição	14/03/2018	25min	Colégio da Imaculada Conceição
Bernadete Alcântara Correia	Ex-aluna do Colégio da Imaculada Conceição e colega de trabalho	22/02/2018	1h10min	Residência própria
Rita Maria Machado	Aluna e colega de trabalho, quem homenageou Irmã Maria com o nome de sua escola	09/04/2018	1h30min	Colégio Irmã Maria Montenegro

Fonte: Elaboração própria (2018).

A Tabela 1 permite melhor visualização e compreensão para a identificação das pessoas entrevistadas, bem como a relação que elas tinham com a biografada, as datas em que ocorreram as entrevistas, suas respectivas durações e o local em que foram realizadas. Em todos os casos, respeitou-se a escolha dos colaboradores no tocante à data, ao local e aos horários para a realização das entrevistas livres sobre Irmã Maria. Importa salientar, no entanto, que, antes do início das gravações, as colaboradoras assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que lhes explicava o objetivo da pesquisa, a forma de participação voluntária, as possíveis contribuições e os riscos da pesquisa, o não sigilo das identidades, bem como a possibilidade de cancelar a participação a qualquer momento.

Também se buscaram fontes documentais em diversos locais: no Arquivo Público do Estado do Ceará, foi possível localizar a reportagem de quando Irmã Maria assumiu a direção do Colégio da Imaculada Conceição, no ano de 1969; na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, foram encontradas as notícias da cerimônia do prêmio ‘Mulher Luz’<sup>2</sup> e o convite para a missa de sétimo dia de sua morte; no Instituto do Ceará, localizou-se o livro Colégio da Imaculada Conceição: do Gênese ao Apocalipse; no acervo do Colégio da Imaculada Conceição, o qual estava desativado, não foi possível ter acesso a nenhum registro ou documentação; no Colégio Irmã Maria Montenegro, foi cedido um registro sobre a história de vida e da família da biografada, intitulado Irmã Maria: ontem, hoje e sempre; no Colégio Cristo Redentor e no Patronato Sagrada Família, não foi localizada nenhuma documentação, pois essas escolas sequer possuíam acervo.

As fontes orais e documentais descritas nas Tabelas 1 e 2 permitiram desvelar uma compreensão sobre a vida de Irmã Maria. Contudo, ainda que sua formação educacional e o início da vida profissional sejam contextualizados, o foco de análise deste trabalho é a atuação da educadora na gestão em Fortaleza, logo a ênfase foi dada ao período de 1969 a 1987, quando atuou como diretora escolar nessa cidade.

**Tabela 2.** Fontes documentais.

Fontes documentais	Acervo
Capítulo de livro: “Educadora Irmã Maria Montenegro (1923-2008): mulher luz”	Acervo pessoal da autora. Capítulo publicado no livro: História, literatura e educação
Livro: Colégio da Imaculada Conceição: do Gênese ao Apocalipse	Acervo do Instituto do Ceará
Reportagem sobre o prêmio “Mulher Luz”	Jornal O Povo e Diário do Nordeste – Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel
Curriculum vitae	Acervo pessoal de Aíla Leite
Reportagem: ‘Imaculada tem nova diretora’	Jornal O Povo (11/01/1969) – Arquivo Público do Estado do Ceará
Registro biográfico em homenagem à Irmã Maria intitulado ‘Irmã Maria: ontem, hoje e sempre’	Acervo do Colégio Irmã Maria Montenegro

Fonte: Elaboração própria (2018).

## Resultados e discussão: a vida de Irmã Maria em narração

Ainda que a delimitação recaia no recorte temporal de 1969 a 1987, importa conhecer, superficialmente a trajetória pregressa da educadora, que possibilitou sua formação diferenciada. Maria Lúcia de Sousa Montenegro, posteriormente Irmã Maria Montenegro, nasceu em Quixadá, sertão central do Ceará, tendo sido a segunda filha de Plutarco de Moura Montenegro e Maria Stella de Sousa. Seus pais, um dentista paraibano e uma professora cearense, tiveram 11 filhos, dos quais dois morreram ainda crianças. Sua educação escolar iniciou aos 7 anos de idade no Grupo Escolar de Quixadá, onde foi alfabetizada e permaneceu até quase seus 10 anos de idade, quando a família mudou-se para Fortaleza, devido à seca que assolava o estado, no ano de 1932, em busca de melhores condições de vida na capital cearense.

Iniciar os estudos aos 7 anos era comum em tempos que não havia a educação infantil institucionalizada (Kuhlmann Junior, 2000), todavia, conseguir galgar escolaridade para além do Ensino Primário no interior do Ceará não era algo fácil (Farias, 2012). E foi o acometimento da seca de 1932 que obrigou inúmeros cearenses ao êxodo rural, o que possibilitou Irmã Maria estudar em Fortaleza, capital cearense, onde a estrutura educacional, ainda que precária, ofertava condições bem melhores do que no sertão (Almeida, 2009). Importa destacar que nesse tempo, a taxa de analfabetismo era muito alta (Pinto, Brant, Sampaio, & Pascom, 2000), pois, na década de 1920, 65% das pessoas na faixa de 15 anos ou mais eram analfabetas, percentual que reduziu a 56,1% na década de 1940.

<sup>2</sup> Prêmio concedido em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, em que apenas cinco mulheres foram contempladas em um evento realizado no então Caesar Park Hotel, atual Gran Marquise Hotel, localizado na avenida Beira Mar, em Fortaleza, no dia 12 de março de 2001.

Na capital, Irmã Maria começou a estudar na conceituada Escola Normal Justiniano de Serpa, em 1934, quando essa instituição ainda era denominada Escola Normal Pedro II. Em 1941, aos 18 anos de idade, concluiu o curso normal. Laís Montenegro (2018), sua irmã, contou como a vaga foi conseguida:

Eram só professores mestres e era difícilimo conseguir uma vaga. Então, como foi que ela conseguiu? A minha mãe estudou lá [...] era a primeira da turma. [...] Então, quando a mamãe foi pedir ao professor doutor João Hipólito para Irmã Maria entrar, ele disse: 'Sua filha entra na hora', porque precisava 'cartão' [...].

Após a aquisição do diploma, Irmã Maria declarou aos pais que desejava ser Irmã de Caridade vinculada à Congregação das Irmãs de São Vicente de Paulo – hoje Companhia das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo –, primeira congregação católica feminina do Ceará (Nóbrega-Therrien et al., 2012). Aos 19 anos de idade, em 1943, ela entrou no CIC para fazer o postulado e logo embarcou para Matoso, no Rio de Janeiro, onde fez o noviciado e tornou-se Irmã de Caridade.

Importa ressaltar que o Ceará ainda buscava sistematizar o seu processo de ensino, pois nesse período ocorreram várias reformas no país (Saviani, 2008). A partir de 1942, o Brasil passou por várias mudanças no setor educacional, frutos da Reforma Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde Pública, que implementou as denominadas Leis Orgânicas do Ensino: Ensino Industrial, Ensino Secundário, Ensino Comercial e, sobretudo, Ensino Primário. Todavia, por força do fechamento político oriundo de um regime político ditatorial, silenciaram-se os debates educacionais, caracterizando-se por reduzida circulação de ideias (Shiroma, Moraes, & Evangelista, 2011).

De acordo com o currículo de Irmã Maria, ao voltar para Fortaleza, ela permaneceu no CIC por mais de dez anos como professora, inclusive, cursou a faculdade de Letras Neolatinas na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, sendo diplomada no ano de 1951, aos 28 anos de idade. Em 10 de janeiro de 1956, aos 32 anos, Irmã Maria foi designada para servir na cidade de Cameté, no Pará, na posição de Madre Superiora.

Irmã Maria iniciou a primeira experiência na gestão educacional entre 1956 e 1962, como diretora do Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, em Cameté. Em seguida, mudou-se para Maceió, Alagoas, voltando a atuar como professora, dessa vez no Colégio Patronato, onde permaneceu por apenas um ano, visto que ingressou na pós-graduação em Orientação Educativa. Após concluir esse curso, a educadora assumiu a direção do Colégio Medalha Milagrosa, em Salvador, Bahia, inclusive, nessa cidade Irmã Maria vivenciou também a experiência de atuar no ensino superior, em 1966, na Universidade Católica de Salvador, lecionando a disciplina de Psicologia Evolutiva. Em 1967, a Irmã foi cursar uma formação no Instituto Católico de Paris, tendo voltado para Fortaleza logo em seguida.

Essa trajetória formativa de Irmã Maria, narrada resumidamente, permite perceber que a educadora possuiu oportunidades diferenciadas se comparada à maioria das mulheres cearenses, que sequer eram alfabetizadas, o que torna factível compreender melhor o período em análise (1969-1987).

A dedicação com que assumia cada uma de suas atividades profissionais e seu carisma fizeram com que a educadora fosse constituindo uma imagem respeitada por onde passava, motivo pelo qual foi convidada para retornar à instituição em que havia iniciado sua atuação como professora, o CIC, em meio a uma crise institucional, para assumir a direção do prestigiado colégio, referência de educação feminina em Fortaleza (Girão, 1999), no ano de 1969, marco temporal que inicia o recorte desta pesquisa (1969-1987). Salienta-se que, como o objetivo foi compreender a atuação profissional de Irmã Maria como gestora no cenário educativo da segunda metade do século XX, na capital cearense, a ênfase analítica recai sobre as décadas de 1970 e 1980.

O ano de 1969 marcou o processo de articulação das reformas educacionais propostas pelo regime militar, a exemplo da Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540, 1968), que só entrou em vigor em 1969. Durante o período foram observadas alterações no currículo da Educação Básica, como a inclusão da matéria Educação Moral e Cívica e das orientações a serem lecionadas na disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB), com mote na exaltação do nacionalismo presente nos ideais do regime militar (Melo, 2006). Essas disciplinas faziam parte de um núcleo obrigatório, composto também pelas disciplinas de Educação Física, Educação Artística, Programas de Saúde e Religião etc. (Lima, 2006).

Nesse período, o analfabetismo no Brasil, que atingia a marca de 40% da população, era um dos grandes desafios a serem superados, e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) (1968-1978) não conseguia ser eficaz o suficiente (Pinto et al., 2000) para mitigá-lo. No que se refere ao Ceará, a educação não avançou devido à falta de estrutura e investimentos tanto nos municípios do interior como na capital (Lima, 2006). Ante a inoperância do estado no âmbito educacional, o CIC continuava sendo uma alternativa para a educação diferenciada das moças fortalezenses que podiam custear seus estudos.

Praticamente toda a atuação de gestão de Irmã Maria no Ceará foi durante a ditadura (1964 a 1985), período que marcou uma nova estruturação educacional no Brasil com mudanças políticas de intervenção na educação para satisfazer anseios e propostas econômicas; a educação convencional ganhava a tônica tecnicista, com caráter profissionalizante (Saviani, 2008). Importa conhecer esse contexto político e econômico porque ele interferiu na gestão de Irmã Maria, inclusive observou-se que a educadora adequou o CIC a essas mudanças para atender aos anseios da elite local.

Sabe-se que, em razão do regime autoritário civil-militar, parte da Igreja Católica apropriou-se da teologia da libertação para desenvolver uma atuação mais engajada nos movimentos políticos e sociais, no entanto, não foi possível constatar nenhum alinhamento ideológico da Irmã Maria com essa corrente. Provavelmente, isso decorre do fato de a biografada estar atuando em uma escola de elite, em que os pais dos alunos possuíam condições econômicas privilegiadas e satisfaziam-se com o fato de suas filhas constituírem o grupo seletivo de moças com acesso à educação prestigiada do CIC. De tal modo, questionar o regime político não era atitude benquista para uma freira, ao contrário, era necessário adequar-se às determinações nacionais sem problematizar a conjuntura nacional, pois às alunas não cabia o envolvimento com a política, assunto masculino, mas o preparo para galgar um bom casamento.

Irmã Maria foi a oitava superiora<sup>3</sup> do CIC e foi a gestora que passou mais tempo no cargo se comparada às outras diretoras que assumiram a direção da instituição. Ao longo dos anos de 1969 a 1976, Irmã Maria marcou não apenas a história da instituição educativa, mas da cidade de Fortaleza, por liderar diversas mudanças no quadro geral do CIC durante o período da ditadura militar. Suas intervenções centravam-se no âmbito administrativo, pois empreendeu alterações estruturais, com reformas no espaço interno do colégio, que alteravam desde o fardamento escolar até as ofertas de ensino, com vistas a modernizar a escola, que perdia alunos para as grandes instituições privadas que despontavam no mercado educacional (Soares, 1998).

Como o contexto educacional estava “[...] relacionado à repressão, à privatização do ensino, à institucionalização do ensino profissionalizante [...], à desmobilização do magistério pela via de uma legislação educacional complexa e contraditória e ao tecnicismo pedagógico” (Jacomeli, 2010, p. 77), Irmã Maria adequou o funcionamento do CIC para atender a essa nova perspectiva mercadológica. Afinal, como aponta Saviani (2008), junto a esse processo, houve todo um favorecimento da rede privada de ensino, em todos os níveis educacionais.

Para implementar essa modernização, Irmã Maria parecia um bom nome, uma vez que já tinha estudado novas propostas pedagógicas em suas várias formações, assim como nos cursos de renovação das escolas em face das reformas no Rio de Janeiro (1971) e da atualização sobre o 1º e 2º graus em Brasília (1972). Vale destacar que sempre esteve atenta à implementação da Lei nº 4.024 (1961), que reformou o Ensino Superior, fixando as suas normas de organização e de funcionamento, e a Lei nº 5.692 (1971), conhecida como Reforma do 1º e 2º graus.

O CIC, na gestão de Irmã Maria, implementou os cursos de Orientação e Supervisão e os cursos profissionalizantes, já que estes últimos vinham ganhando espaço desde a execução dos decretos-leis na Reforma Capanema, na década de 1940 e foram enfatizados com a Lei nº 5.692 (1971). Desse modo, o CIC asseverou o dualismo educacional, no qual as populações “[...] mais favorecidas procuravam o ensino secundário e superior para sua formação, e aos trabalhadores restavam às escolas primárias e profissionais para uma rápida preparação para o mercado de trabalho” (Shiroma et al., 2011, p. 24). No caso do CIC, aos filhos de elite era ministrado o ensino normal e secundário e aos menos abastados, os cursos primário e profissionalizante.

Todas as mudanças foram adotadas por decisão de Irmã Maria, que exercia uma gestão centralizadora, na qual convencia as demais profissionais a endossar suas decisões e empreender esforços em seguir suas determinações sem questioná-las. Afinal, não havia uma concepção de gestão democrática e o fato de partilhar suas decisões com a habilidade de envolver o corpo educacional do CIC já era considerado um progresso no que concerne à participação. Especialmente porque a freira que a antecedeu na gestão era ainda mais centralizadora, ríspida e autoritária.

A gestão de Irmã Maria implementou: a Escola Experimental, que era destinada à educação dos pobres, bem como o campo de estágio para as alunas de elite no curso normal regular; a abertura de cursos profissionalizantes – Auxiliar de Enfermagem, Desenho de Arquitetura, Administração de Empresa e Magistério; e os Sistemas de Supervisão e de Orientação. Sobre isso, Irmã Rita Vasconcelos (2018) relatou o seguinte:

<sup>3</sup> 1ª superiora: Irmã Bazet (1865-1882); 2ª superiora: Irmã Gagné (1882-1917); 3ª superiora: Irmã Henriot – (1918-1930); 4ª superiora: Irmã Mahieu (1931-1935); 5ª superiora: Irmã Simas (1936-1953); 6ª superiora: Irmã Lima (1953-1966); 7ª superiora: Irmã Cola (1966-1968). Fonte: Colégio da Imaculada Conceição.

Aqui ela teve uma grande influência nesse tempo [...]. Primeiro, ela admitiu o sexo masculino; segundo, ela implantou vários cursos profissionalizantes. Lembro que tinha Auxiliar de Enfermagem, Contabilidade, havia o Magistério e ela criou também uma escola de aplicação. A escola era para os pobres e funcionava no turno da noite, e as alunas do pedagógico faziam seus estágios lá. [...] Ela criou essa escola para o atendimento das domésticas, para as pessoas estudarem durante a noite.

Observa-se que as mudanças administrativas implantadas estavam articuladas às novas exigências políticas e econômicas do mercado nacional. Para as alunas da elite, o CIC oferecia curso normal e ginásial com vistas a formar moças instruídas para que fossem consideradas esposas prendadas e aptas a atuar 'na extensão do lar' (Almeida, 1998; Mendes, Fialho, & Machado, 2019), como professoras ou em carreiras em que a atuação feminina era aceita. Para as mais pobres, havia, em alas e horários distintos, a educação noturna para a alfabetização e profissionalização (Freitas & Bicas, 2009). Rita Landim (2018), ex-aluna normalista, explicou: “[...] na minha época não tinha muita opção, a pessoa fazia uma especialização quando chegava no 2º grau. Ou você saía para a área de Enfermagem ou você saía para a área da Educação ou da Contabilidade”; essa era a realidade das alunas da elite, pois às pobres restava a iniciação precoce no trabalho em postos pouco qualificados, a exemplo do emprego de doméstica.

Para além das mudanças no âmbito estrutural e funcional, Irmã Maria também inovou na seara pedagógica: implantou o ensino misto em instituição historicamente destinada às mulheres e passou a formar professores para uma práxis mais aberta e dialógica com os alunos, inclusive, aproximando os pais da escola. No que concerne à escola mista, Irmã Rita Vasconcelos (2018) informou que o primeiro aluno do sexo masculino – Arturo Celestino Rodriguez – foi matriculado no ano de 1974. No entanto, o livro *Colégio da Imaculada Conceição: do Gênese ao Apocalipse* registra que o colégio passou a ser misto em 1976. Apesar da imprecisão nas datas, foi sob a gestão de Irmã Maria (1969-1976) que ocorreu essa mudança, de maneira lenta e gradual, já que o CIC era reconhecido na cidade como instituição feminina. Já no que diz respeito à modernização das práticas pedagógicas, investiu em uma formação que articulou teoria e prática e valorizou o diálogo e a aproximação entre professores, alunos, famílias e comunidade escolar.

Na escola experimental, as alunas que se encontravam no 1º ano ficavam responsáveis pelas turmas do Jardim de Infância (Educação Infantil) à 4ª série (5º ano); as que estavam no 2º ano pedagógico ficavam com tarefas como: atividades burocráticas de Secretaria, atividades extraclasse no setor de artesanato, biblioteca, recreação e plantão diário; e as que cursavam o 3º ano passavam pela experiência de direção, ensino e planejamento do curso. De acordo com Bernadete Correia (2018), a escolinha (Escola de aplicação), que atendia aos filhos dos pescadores que moravam nas proximidades, tinha dupla função: colaborar com a educação dos pobres e qualificar a formação pedagógica das normalistas. Ela acrescentou: “Irmã Maria era uma administradora que estava sempre um passo à frente. Era muito inteligente. Tudo isso só foi possível com a orientação, a firmeza e a visão educacional que ela tinha” (Correia, 2018).

Irmã Maria conquistava as alunas por ser aberta ao diálogo e agradava aos seus pais ao trazê-los para próximo da escola, dando assistência individualizada às famílias nas suas orientações educacionais. Seu reconhecimento como uma boa educadora era disseminado pela comunidade escolar, tanto nas casas das elites cearenses como nas periferias, o que a fez galgar prestígio social. Nessa esteira, tornou-se, no ano de 1974, a presidente da Associação de Orientadores Educacionais de Fortaleza.

No auge de sua carreira educacional, contudo, decidiu empreender um novo desafio: dedicar-se exclusivamente à educação dos pobres. Nesse momento, deixou a gestão do CIC e assumiu, em 1977, a direção do Colégio Cristo Redentor, no bairro Pirambu, uma comunidade simples e periférica marcada pela violência e ausência de serviços públicos básicos (Cavalcante, 2001). Sua decisão estava, mais uma vez, alinhada ao contexto sociopolítico, cenário este em que a Igreja Católica passava a aproximar-se dos mais pobres e a atuar de forma mais ativa junto às comunidades mais carentes (Nunes, 2001). Quanto à experiência no Pirambu, Rita Landim (2018) narrou:

Quando ela fez a opção para ir para a escola no Pirambu, ela saiu da comunidade com mais duas freiras, então elas três foram morar numa casinha lá no Pirambu, no meio mesmo dos pobres. Ela foi trabalhar no Colégio Cristo Redentor. O colégio se tornou o melhor colégio público da época.

Irmã Maria permaneceu até 1987 nessa instituição. Durante sua gestão no Colégio Cristo Redentor, utilizou toda a sua experiência para formar professores para uma atuação mais dialógica e contextualizada, aproximou a comunidade da escola e tornou o referido colégio referência em educação pública. Irmã Maria foi também nomeada coordenadora do ensino religioso das escolas públicas do estado do Ceará, em convênio

feito entre o Cardeal Dom Aluísio Lorscheider e o governador do estado. Entretanto, com total desapego, depois de estruturar o Colégio Cristo Redentor e deixar esse legado para uma comunidade tão carente, partiu em nova empreitada, dessa vez no bairro Antônio Bezerra, outra periferia de Fortaleza. Segundo Rita Landim (2018): “Ela não tinha apego a nada. Era assim, com a mesma dedicação que ela tinha no Colégio da Imaculada, ela teve no Cristo Redentor, e ela teve nessa escolinha do Antônio Bezerra”.

A Irmã então assumiu a direção da escola Patronato Sagrada Família, local em que encerrou sua atuação na gestão escolar e, consecutivamente, o recorte temporal desta pesquisa. Aíla Leite (2018), sua colega de trabalho no Patronato, fez o seguinte relato sobre a gestão de Irmã Maria:

Quando eu entrei lá, o colégio era só de menina (eram 87 alunas nessa época), do Infantil à 4ª série: todas de saia [risos], mas Irmã Maria foi quem mudou isso. Ela sempre teve uma visão muito renovada. Vinham as ideias, e ela as executava. No ano seguinte, ela já implantou o ensino misto. A gente tinha muita afinidade. Ela era muito exigente, super rigorosa na pontualidade, na disciplina, em tudo. Outra educadora como ela não existe.

De acordo com o relato de Aíla Leite (2018), Irmã Maria, com postura firme e exigente, dava o exemplo, com muita liderança, de como ser uma profissional comprometida, responsável, com boas relações sociais e, ao mesmo tempo, possuir pulso firme para adquirir o respeito dos pares – alunos, colegas de trabalho e comunidade escolar. Aíla Leite (2018) acrescentou ainda: “O nosso trabalho lá no Patronato era muito bem dividido, porque Irmã Maria gostava muito de estar na rua, pedindo, trazendo benefícios para a escola. Ela tinha contato com as autoridades [...]”. Importa destacar que corria então o fim da ditadura (1985) e, desde meados da década de 1970, “[...] crescia um movimento reivindicando mudanças no sistema educacional em defesa da erradicação do analfabetismo e a universalização da escola pública” (Shiroma et al., 2011, p. 40), causa abraçada por Irmã Maria.

Irmã Maria utilizava seu prestígio social junto às famílias de elite e políticos, adquirido no tempo em que havia atuado na direção do CIC, para angariar recursos financeiros e materiais para qualificar as escolas públicas, assim como para conseguir bolsas de estudos para as alunas que se destacavam. Inclusive, no Patronato, foi homenageada com o nome da biblioteca da escola, para a qual muito contribuiu. Afastou-se da gestão por causa da saúde debilitada, mas permaneceu colaborando no Patronato até 11 de setembro de 2008, quando faleceu por isquemia intestinal.

## Considerações finais

O estudo micro-histórico, de cunho biográfico, amparou-se na História Cultural para responder à inquietação propulsora da realização deste artigo: como se deram a educação e a atuação profissional da educadora Irmã Maria para que ela, na condição de gestora, galgasse visibilidade no contexto sócio-histórico educacional em Fortaleza na segunda metade do século XX? Ao lançar luz à trajetória educativa de uma freira e educadora, foi possível compreender a sua atuação profissional como gestora e perceber que sua formação qualificada tornou factível uma atuação educativa mais dialógica e alinhada ao contexto político e econômico, o que repercutiu no cenário educacional de Fortaleza (1969-1987).

Observou-se que, na infância de Maria Lúcia de Sousa Montenegro, filha de dentista e professora, não lhe faltou o essencial, inclusive, foi justamente a dificuldade causada pela seca e pelo êxodo rural que lhe proporcionou estudar na Escola Normal Justiniano de Serpa, em Fortaleza.

Maria Lúcia, ao decidir seguir a vida religiosa, tornou-se freira, passando a ser denominada Irmã Maria Montenegro. Seu vínculo com a Igreja bem como seu interesse e compromisso com a educação tornaram possível uma formação educativa qualificada, pois graças à congregação, pôde estudar em diversas instituições, fazer curso superior, especialização e estudar até em Paris. De modo concomitante à sua trajetória educativa, viveu diversas experiências na docência e na gestão escolar, com destaque para a direção do CIC, uma das maiores e mais conceituadas escolas da Congregação Vicentina.

Irmã Maria conseguiu modernizar o CIC por meio de reformas estruturais e pedagógicas. As estruturais diziam respeito a reformas no espaço interno do prédio, com mudança de piso, pinturas, jardins e construção de escola de aplicação. Já as pedagógicas, eram concernentes à atuação no âmbito didático e à formação dos docentes, inclusive, com a implantação do ensino misto e de cursos profissionalizantes. Essas mudanças estavam alinhadas ao mercado de trabalho e à histórica dualidade educacional, haja vista que, ao tempo em que abria escolinhas para os pobres, utilizava-as como campo experimental para as moças normalistas da elite local; e, na medida em que criava os cursos profissionalizantes, assegurava uma formação feminina articulada com a demanda do mercado profissional, em espaços onde as mulheres eram aceitas para

o trabalho em meio à sociedade patriarcalista e machista da Fortaleza da década de 1970: Magistério, Técnico de Enfermagem, Desenho de Arquitetura e Administração de Empresa. Ademais, tornava o colégio misto e competitivo com as outras escolas particulares que despontavam em Fortaleza, aumentando sua clientela, ou seja, o número de alunos.

Mesmo em meio a uma conjuntura autoritária e ditatorial vigente no Brasil, Irmã Maria, sem problematizar ou confrontar o regime em voga, conseguiu implementar uma modernização no CIC, inclusive, sua atuação como gestora diferia das anteriores, pois, ao contrário de uma postura austera que prezava o autoritarismo e o distanciamento entre religiosas e alunas, ela não apenas adotava um ensino mais contextualizado, em que a teoria articulava-se com a prática, como também formava os professores para desenvolver uma práxis mais dialógica. Como gestora, fazia jus à sua formação em Orientação Educacional e prestava assessoria às famílias dos alunos, conhecendo-os de maneira individualizada.

O trabalho diferenciado e comprometido de Irmã Maria não apenas conseguiu reerguer e triplicar o número de estudantes atendidos no CIC como também lhe conferiu prestígio social junto às famílias da elite de Fortaleza. Tal distinção foi utilizada pela religiosa para investir na educação dos pobres periféricos, nos bairros do Pirambu e Antônio Bezerra, na gestão dos Colégios Cristo Redentor e Patronato Sagrada Família, respectivamente.

Irmã Maria foi uma educadora que colaborou com a formação de várias gerações em Fortaleza nos seus mais de 60 anos de atuação. Ela, inclusive, recebeu reconhecimento público com nome de escola – o Colégio Irmã Maria Montenegro – e de biblioteca – no Colégio Patronato Sagrada Família; bem como notícias em reportagens de jornais – homenagem do Colégio Irmã Maria Montenegro por sua morte publicada no jornal Diário do Nordeste e reportagem sobre o prêmio ‘Mulher Luz’; em livro – capítulo de livro: ‘Educadora Irmã Maria Montenegro (1923-2008): mulher luz’; registro biográfico, intitulado ‘Irmã Maria: ontem, hoje e sempre’, pelo Colégio Irmã Maria Montenegro; e com o prêmio ‘Mulher Luz’.

Sabe-se que uma pesquisa biográfica não consegue abarcar a totalidade de aspectos que permeiam uma vida, ainda que possua um escopo específico: a atuação de Irmã Maria como gestora, no entanto, este estudo possibilitou ampliar a compreensão do contexto educacional de uma época, uma vez que a atuação profissional de Irmã Maria na cidade de Fortaleza influenciou novas formas de agir dos professores e de pensar a gestão da educação, promovendo articulação com a comunidade escolar e maior abertura para o diálogo. Cabe, todavia, ressaltar que o estudo emana outras perspectivas investigativas, pois interessa dar continuidade aos estudos biográficos com o mote de analisar como outras freiras educadoras podem ou não terem sido influenciadas pela teologia da libertação, inclusive, efetivando uma atuação mais engajada nos movimentos políticos e sociais.

## Referências

- Alberti, V. (2013). *Manual de história oral*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Almeida, J. M. F. (2009). *A reforma da instrução pública do Ceará de 1922: as diretrizes da política educacional do governo Justiniano de Serpa* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.
- Almeida, J. S. (1998). *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo, SP: Unesp.
- Avelar, A. S. A. (2007). A retomada da biografia histórica. *Oralidades: Revista de História Oral*, 2, 45-60. Recuperado de [https://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/2019-09/Oralidades%202\\_0.pdf](https://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/2019-09/Oralidades%202_0.pdf)
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo, SP: Ateliê.
- Burke, P. (2008). *O que é História cultural?* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Cavalcante, L. E. (2001). Os herdeiros da memória: os saberes populares e a educação comunitária. In J. G. Vasconcelos, & A. G. Magalhães Junior (Orgs.), *Memórias no plural* (p. 60-70). Fortaleza: LCR.
- Cavalcante, M. J. M. (2008). Identidade narrativa e autobiografia: elementos teóricos e metodológicos para uma pedagogia da escrita histórica. In J. A. B. Bezerra, & A. M. Rocha (Orgs.), *História da educação: arquivos, documentos, historiografia, narrativas orais e outros rastros* (p. 13-29). Fortaleza: UFC.
- Correia, M. B. A. (2018). *Entrevista concedida a Scarlett O'hara Costa Carvalho por Maria Bernadete de Alcântara Correia* (22 fev., 1h10min.). Fortaleza.
- Dosse, F. (2009). *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo, SP: USP.
- Farias, A. (2012). *História do Ceará* (6a ed.). Fortaleza, CE: Armazém da Cultura.

- Ferreira, M. M. (2002). História, tempo presente e História Oral. *Topoi*, 3(5), 314-332.  
DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X003006013>
- Fialho, L. M. F. (2012). *A experiência socioeducativa de internação na vida de jovens em conflito com a lei* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Fialho, L. M. F., & Braga Júnior, V. R. S. (2015). Educadora Irmã Maria Montenegro (1923/2008): mulher luz. In L. M. F. Fialho, J. G. Vasconcelos, J. R. Santana, R. E. P. Vasconcelos Júnior, & R. Martinho Rodrigues (Orgs.), *História, literatura e educação* (p. 109-128). Fortaleza: UECE.
- Freitas, M. C., & Biccias, M. S. (2009). *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo, SP: Cortez.
- Girão, B. (1999). “Colégio das órfãs ao Imaculada”: um itinerário de amor ao próximo. In M. J. N. Silveira (Org.), *Colégio da Imaculada Conceição: do Gênese ao Apocalipse* (p. 357-362). Fortaleza, CE: Tipogresso.
- Jacomeli, M. R. M. (2010). A Lei 5.692 de 1971 e a presença dos preceitos liberais e escolanovistas: os estudos sociais e a formação da cidadania. *Revista Histedbr*, 10(39), 76-90.  
DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v10i39.8639718>
- Kuhlmann Junior, M. (2000). Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, 14, 5-18. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/?format=pdf&lang=pt>
- Landim, R. M. M. (2018). *Entrevista concedida a Scarlett O'hara Costa Carvalho por Rita Maria Machado Landim* (9 abr., 1h30min.). Fortaleza.
- Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. (1961). Fixa as Diretrizes e as Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília.
- Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. (1968). Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília.
- Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. (1971). Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília.
- Leite, A. M. F. (2018). *Entrevista concedida a Scarlett O'hara Costa Carvalho por Aíla Maria Fernandes Leite* (6 mar., 50 min.). Fortaleza.
- Levi, G. (1992). Sobre a micro-história. In P. Burke (Org.), *A escrita da História: novas perspectivas* (p. 133-162). São Paulo, SP: Unesp.
- Lima, J. M. C. (2006). *A Reforma Lei 5692/71 e seus reflexos na educação cearense* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Loriga, S. (2011). *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Melo, F. E. (2006). *A cultura cívica na educação cearense (1963-1973) – na tapeçaria da história, entre o “livro da professora” e os festejos à pátria e ao progresso* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Melo, J. M. (2008). Nota de Falecimento da Irmã Maria Montenegro. *Blog da Sagrada Família*. Recuperado de <http://blogdasagradafamilia.blogspot.com/2008/09/nota-de-falecimento-da-irm-maria.html>
- Mendes, M. C. F., Fialho, L. M. F., & Machado, C. J. S. (2019). Argentina Pereira Gomes: disseminação de - inovações- didáticas na educação primária na década de 1930. *Revista Diálogo Educacional*, 19(61), 527-550. DOI: <http://dx.doi.org/10.7213/1981-416X.19.061.DS02>
- Montenegro, M. L. S. (2018). *Entrevista concedida a Scarlett O'hara Costa Carvalho por Maria Laís de Sousa Montenegro* (15 mar., 1h30min.). Fortaleza.
- Nóbrega-Therrien, S. M., Almeida, M. I., Mendes, E. T. B., Paiva, T. N., Rocha, A. V. S., & Ferreira, R. S. (2012). Contribuição das Irmãs de Caridade na assistência à saúde e no desenvolvimento da Enfermagem no Ceará. In *Anais do Encontro Internacional Mahis* (p. 1-18). Fortaleza, CE. Recuperado de [http://www.uece.br/eventos/encontrointernacionalmahis/anais/trabalhos\\_completos/52-5981-03102012-232810.pdf](http://www.uece.br/eventos/encontrointernacionalmahis/anais/trabalhos_completos/52-5981-03102012-232810.pdf)
- Nunes, M. J. R. (2001). Freiras no Brasil. In M. Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (4a ed., p. 482-509). São Paulo, SP: Contexto.
- Perrot, M. (2001). *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

- Pinto, J. M. R., Brant, L. L. N. A. O., Sampaio, C. E. M., & Pascom, A. R.P. (2000). Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 81(199), 511-524. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.81i199.971>
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15. Recuperado de [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)
- Reis, J. C. (2000). *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Saviani, D. (2008). O legado educacional do regime militar. *Cadernos Cedes*, 28(76), 291-312. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300002>
- Shiroma, O. E., Moraes, M. C., & Evangelista, O. (2011). *Política educacional* (4a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Lamparina.
- Silva, W. C. L. (2012). Espelho de palavras: escrita de si, autoetnografia e ego-história. In A. S. Avelar, & B. B. Schmidt (Orgs.), *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica* (p. 39-62). São Paulo, SP: Letra e Voz.
- Soares, M. N. M. (1998). *Colégio Imaculada Conceição (1997): roteiro para uma nova visita ao passado*. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica.
- Vasconcelos, R. C. R. (2018). *Entrevista concedida a Scarlett O'hara Costa Carvalho por Rita de Cássia Ramos Vasconcelos* (14 mar., 25 min.). Fortaleza.
- Vasconcelos, L. M., Fialho, L. M. F., & Machado, C. J. S. (2018). Facetas da (im)potência viril na Revista Careta: educação e masculinidades no Estado Novo (1937-1945). *Acta Scientiarum. Education*, 40(4), 1-12. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i4.41145>
- Zumthor, P. (1997). *Tradição e esquecimento*. São Paulo, SP: Hucitec.

### INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

**Scarlett O'hara Costa Carvalho:** é doutoranda e mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Pedagoga e Especialista em Docência no Ensino Superior. Integrante do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - PEMO/UECE. Bolsista CAPES.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0381-0063>

E-mail: [scarlettoharacc@gmail.com](mailto:scarlettoharacc@gmail.com)

**Lia Machado Fiuza Fialho:** é doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, Pós-doutorada em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, docente permanente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UECE). Líder do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas Memórias e Oralidades - PEMO. Editora da revista Educação & Formação. Pesquisadora produtividade do CNPQ.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0393-9892>

E-mail: [lia\\_fialho@yahoo.com.br](mailto:lia_fialho@yahoo.com.br)

**Ana Michele da Silva Lima:** é doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará – UECE e mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE e Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro brasileiros e Indígenas (NEABI), campus Aracati. Integrante do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - PEMO/UECE.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6053-3728>

E-mail: [anamichelesl@gmail.com](mailto:anamichelesl@gmail.com)

#### Nota:

Scarlett O'hara foi responsável pela coleta de dados, análise e interpretação inicial dos dados e redação do texto. Ana Michele da Silva Lima realizou a contextualização histórica da discussão. Lia Fialho responsabilizou-se pela idealização do projeto, orientação, revisão crítica do conteúdo do manuscrito e aprovação da versão final a ser publicada.